

HABEAS CORPUS Nº 548.803 - CE (2019/0358004-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **LUCCAS CONRADO PEREIRA CIPRIANO E OUTROS**
ADVOGADOS : **PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183**
FRANCISCO VALDEMÍZIO ACIOLY GUEDES - CE012068
RENAN BENEVIDES FRANCO - CE023450
LUCCAS CONRADO PEREIRA CIPRIANO - CE040592
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**
PACIENTE : **BENEDITO DE SOUSA DOMINGOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de BENEDITO DE SOUSA DOMINGOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n. 0632794-22.2019.8.06.0000).

Consta dos autos que o paciente se encontra cumprindo a pena de 10 anos de reclusão, em regime fechado, pela prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal.

Pleiteada a concessão da prisão domiciliar, o requerimento foi negado pelo Juízo de primeiro grau.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 19/22).

No presente *writ*, sustenta o impetrante que o paciente faz jus à prisão domiciliar, tendo em vista que a unidade prisional não pode lhe prestar os cuidados médicos necessários, asseverando "que a desídia estatal no resguardo da integridade do paciente pode acarretar a perda dos movimentos de seus membros inferiores" (e-STJ fl. 9).

Pontua que o laudo médico juntado por ocasião do pedido "informou categoricamente que o paciente fora diagnosticado com GRAVES COMPLICAÇÕES PÓS CIRÚRGICAS, necessitando de cuidados específicos e atenção especial em seu tratamento com o objetivo de não comprometer sua integridade" (e-STJ fls. 9/10).

Busca, inclusive liminarmente, seja concedida ao paciente a prisão

domiciliar.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante *decisum* que indefere liminar no *writ* precedente, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie, sobretudo porque consta da decisão de origem o seguinte (e-STJ fl. 22):

Verifica-se, no caso em tela, que a condição de saúde do paciente não se apresenta, à primeira vista, incompatível com seu encarceramento preventivo, sendo certo que as autoridades administrativas responsáveis pela custódia deverão, em obediência aos preceitos constitucionais garantidores da dignidade humana, providenciar toda a atenção médica de que necessitar o referido paciente.

Isto posto, não havendo demonstrado, de plano, os já mencionados requisitos autorizadores da concessão *in limine litis*, indefiro a liminar requerida. (Grifei.)

Assim, as questões formuladas, notadamente diante das peculiaridades do caso, necessitam de averiguação mais aprofundada pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado. Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator